



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008761-32.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**
 Requerente: **Thiago de Assis Silva**
 Requerido: **Departamento Estadual de Transito de São Paulo, Detran-sp e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Thiago de Assis Silva propõe ação de obrigação de fazer c/c indenizatória contra Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo e Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito de São Carlos – SP. Sustenta que em 11.12.2014 alienou veículo a terceiro. Não comunicou a transferência ao órgão de trânsito porque o Decreto Estadual nº 60.489 dispensa o alienante de tal ônus. O dever, agora, é atribuído ao cartório extrajudicial em que reconhecida firma no documento de transferência. O segundo réu, porém, não cumpriu tal obrigação. Como consequência, o veículo continua em nome do autor, para quem continuam sendo lançados os tributos e débitos relativos ao veículo. O autor foi incluído no CADIN, indevidamente. Sofreu danos morais. Sob tais fundamentos, pede (a) condenação do Detran-SP na obrigação de cancelar as multas e pontos lançados em nome do autor desde 11.12.2014 (b) condenação dos réus na obrigação de indenizarem o autor pelos danos morais sofridos.

Liminar concedida às fls. 15/16, suspendendo pontuações e multas.

"Informações " do oficial de registro às fls. 24/26, ratificadas pela contestação de fls. 83, alegando ilegitimidade passiva ad causam e ausência de responsabilidade pelos fatos.

Contestação do Detran-SP às fls. 27/39, sustentando que o Decreto Estadual é restrito ao âmbito tributário e não exime o autor de seu dever inscrito no art. 134 do CTB, em pleno vigor. Nega, ainda, a existência dos danos morais.

Informação, às fls. 48/49, de que a comunicação de venda foi lançada no sistema do Detran-SP em 14.04.2014.

Réplica às fls. 76/79.

É o relatório. Decido.

O oficial de registro civil é parte ilegítima, vez que, como comprovado e demonstrado nos autos, no caso em tela houve falha no sistema, imputável primordialmente aos órgãos estaduais, e não ao oficial de registro que, portanto, não tem responsabilidade pelos fatos. Lembre-se que sua responsabilidade é subjetiva na forma da Lei nº 8.935, art. 22, não se tendo comprovado culpabilidade, no caso em tela.

Indo adiante, a Lei Estadual nº 13.296/08, em seu art. 37, VI, impõe aos notários a obrigação de fornecer ao fisco informações sobre as transações com veículos perante eles realizadas.

O Decreto Estadual nº 60.489, regulamentando o referido dispositivo, estabelece no art. 1º que os notários do Estado de São Paulo são obrigados a fornecer ao fisco informações sobre a realização de atos de reconhecimento de firma em transações que envolvam a transferência de propriedade de veículos.

1008761-32.2015.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ocorre que o art. 3º do mencionado decreto prevê, em desdobramento à relação fiscal, que a secretaria da fazenda deve disponibilizar as informações que lhe foram transmitidas, ao Detran-SP.

Tem-se, portanto, que o decreto estadual não trata apenas da relação fiscal, mas cuida também da matéria de trânsito, e implementa um sistema que se substitui, na prática, à comunicação feita pelo alienante prevista no art. 134 do CTB.

Tal conclusão torna-se ainda mais evidente por força do disposto no art. 4º, II do decreto, ao estabelecer que o cumprimento da notificação, pelo caminho cartório – fisco – órgão de trânsito, "dispensa ... o transmitente de encaminhar, ao Detran-SP, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade do veículo" nos termos do art. 134 do CTB.

Mesmo que o decreto tenha extrapolado o que lhe era permitido, e que o ente federativo estadual não detenha competência legislativa para tratar da matéria de trânsito, o certo é o fez, o que, no plano das relações entre o Estado e o particular, produz expectativas legítimas do do segundo, mesmo por conta da presunção de constitucionalidade e legalidade de que se revestem os atos estatais.

O princípio da proteção da confiança ganha importância. Se o próprio Estado dispensou o particular da comunicação - absorvendo-a -, a proteção da confiança paira sobre essas normas e práticas administrativas, tutelando o interesse do particular. E mais: o mesmo Estado que dispensou o particular de comunicar não pode, posteriormente, puni-lo pelo fato de não o ter feito. Tal comportamento estatal infringiria a boa-fé objetiva, em *venire contra factum proprium*.

A falha é, pois, inteiramente imputável à administração pública e o autor não tem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, o que implica o rompimento da razão subjacente à norma CTB que atribui ao alienante a responsabilidade solidária em caso de não comunicação. Aquela norma pressupõe um dever que, no caso, foi concretamente dispensado pelo próprio ente estatal, em relação ao autor. Todos os lançamentos de infrações e penalidades, feitos pelo Detran-SP contra o autor, com base em infrações posteriores à data da venda, deverão ser cancelados.

Quanto ao pedido indenizatório por danos morais, porém, a solução é outra.

O impresso que instruiu a inicial (fls. 13!4) não tem relação com o Cadin, sendo inscrição interna, que não gera efeitos sobre a honra objetiva, sobre o crédito do autor no mercado, e que, portanto – distintamente do que se dá no que diz com o Cadin –, não implica automático dano moral.

Os transtornos sofridos pelo autor, embora existentes, não são capazes de, adotado o parâmetro do homem médio, repercutir sobre sua auto-estima, sua dignidade pessoal, sua honra, de modo a causar-lhe sofrimento psíquico ou moral que justifique, segundo critérios de razoabilidade, um lenitivo de ordem pecuniária. Não há danos morais.

Não resolvo o mérito em relação ao oficial de registro, com fulcro no art. 485, VI do CPC-15, condenando o autor em honorários arbitrados em R\$ 500,00, observada a AJG.

Julgo parcialmente procedente a ação em relação ao Detran-SP para, confirmada a liminar, condená-lo na obrigação de fazer consistente em cancelar as autuações e penalidades lançadas contra o autor, relativamente ao veículo indicado na inicial, referentes a infrações posteriores a 11.12.2014. Sucumbência recíproca e igualmente proporcional. Cada um pagará ao outro honorários de R\$ 500,00, observada a AJG concedida ao autor.

P.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**